

ELIANE ALBUQUERQUE

Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco (1989), mestrado em Psicologia Cognitiva pela Universidade Federal de Pernambuco (1994) e doutorado em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (2002). Atualmente é professora associada da Universidade Federal de Pernambuco. Possui experiência na área de Educação, com ênfase em Linguagem, atuando principalmente nos seguintes temas: alfabetização, letramento, formação de professores, leitura e escrita na Educação Infantil, Ensino Fundamental e EJA. E-mail: elianaba@terra.com.br.

ENTREVISTA COM ELIANE ALBUQUERQUE

COMO VOCÊ VÊ O PNAIC HOJE?

1) A necessidade da formação de professores alfabetizadores é histórica em nosso país, assim como erradicar o analfabetismo, portanto o PNAIC não é o primeiro programa de governo que vem para atender essa demanda, mas se compararmos o PNAIC com seu programa antecessor, o Pró-letramento, percebemos uma discrepância de participação e atendimento aos professores. O pró-letramento atendia em média 1500 municípios de 24 estados, já o PNAIC atende mais de 5000 municípios e conta com a participação de todos os estados e Distrito Federal. Porque você acredita que o PNAIC teve essa abrangência e aceitação tão grande por parte dos municípios e estados do nosso país?

ELIANE: O Pró-Letramento foi um programa de formação continuada de professores proposto pelo MEC em parceria com as universidades públicas que integravam a Rede Nacional de Formação de Professores na área de matemática e linguagem. As Secretarias de Educação municipais e estaduais podiam fazer a adesão ao programa e, como contrapartida, deveriam possibilitar toda a estrutura para seu funcionamento, que incluía o financiamento da participação dos orientadores de estudo nos encontros de formação promovidos pelas universidades e a organização dos encontros dos orientadores de estudo com os professores. Não havia a ajuda de custo paga pelo MEC aos professores para participarem dos encontros aos sábados. A maioria das secretarias de educação não disponibilizava, na carga horária dos docentes, o horário da formação e muitos professores não podiam participar ou desistiam porque trabalhavam em mais de um turno e tinham outros compromissos. A experiência do Pró-Letramento foi fundamental para se pensar na organização do PNAIC. A orientação para que os encontros fossem mensais e aos sábados e a ajuda de custo dada aos professores possibilitaram maior participação.

2) Com essa dimensão toda que o PNAIC teve você considera que a articulação dos quatro eixos de trabalho, formação, materiais, avaliação e gestão e controle social foram suficientes para que o programa ficasse bem organizado a ponto de atender a essa demanda toda? Ou você acha que faltou a preocupação com algum aspecto?

ELIANE: Acho que a proposta de articulação desses quatro eixos foi um dos pontos fortes do PNAIC. Muitas empresas que trabalham com formação de professores alfabetizadores propõem o uso de um material estruturado que dita a rotina do professor e o que ele deve fazer a cada dia e semana de trabalho. Com isso, desconsidera-se a autonomia docente, o perfil da turma e o uso de diferentes materiais pedagógicos. O MEC vem desenvolvendo diferentes Programas que envolvem a distribuição de materiais didáticos, como o PNLD, o PNBE, o PNLD obras complementares, o PNLD dicionários. Muitos desses materiais chegavam nas escolas e não eram usados pelos professores por diferentes razões. A proposta do PNAIC baseia-se em uma concepção de formação continuada de professores que envolve a construção de práticas de alfabetização nucleada nas escolas. Assim, no lugar de propor que os docentes sigam à risca um programa de alfabetização com uso desses materiais estruturados, pretende-se que os professores construam suas práticas de alfabetização com o uso de diferentes materiais didáticos (como os que fazem parte dos programas do MEC), considerando os conhecimentos que seus alunos possuem e o que eles precisam e podem aprender. Daí a importância da avaliação diagnóstica e processual. O papel dos gestores seria, então, de trabalhar para o bom desenvolvimento do programa de forma articulada, na perspectiva da gestão democrática.

3) Quais são os pontos fracos e os pontos fortes do PNAIC?

ELIANE: Em relação aos pontos fortes, vou citar alguns com base nos próprios relatos de professores que participaram do programa. A discussão sobre os direitos de aprendizagem no ciclo de alfabetização é um dos pontos fortes destacados pelos professores. Na área de alfabetização, por exemplo, eles orientam a avaliação dos alunos e o planejamento da prática docente na perspectiva do professor considerar o que os alunos já sabem e o que eles precisam aprender. Outros pontos fortes são o uso dos materiais pedagógicos dos programas do MEC, a socialização de relatos de professores presentes nos materiais da formação e dos próprios cursistas, a discussão sobre heterogeneidade e progressão, a formação realizada aos sábados com o recebimento de uma bolsa para ajudar o professor nessa formação, a articulação entre universidade e escola pública no compromisso com a construção coletiva de práticas de alfabetização. Como pontos fracos poderia citar os problemas na organização dos cronogramas da formação e na distribuição do material da formação, a vinculação da ANA (aplicada em 2013, primeiro ano do PNAIC) ao sucesso do programa e a própria descontinuidade do Programa que nesse ano não foi retomado.

4) O PNAIC defende a proposta da alfabetização das crianças até os oito anos de idade, porém quando o programa já estava em andamento tramitou no Congresso o Projeto de Lei (PL) n. 5609/2013 em substituição da lei 12.801, na busca de modificar aspectos centrais do PNAIC, ou seja, “para dispor sobre a reestruturação do Ensino Fundamental de 9 anos, para garantir à criança, a partir dos 6 (seis) anos de idade, a aquisição da alfabetização/letramento na perspectiva da ludicidade e do seu desenvolvimento global”. Caberia, para tanto, a utilização de métodos fônicos, baseados em instruções explícitas sobre a relação grafema (letra) e fonema (som). A proposta foi rejeitada pela Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) e arquivada nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Como você enxerga essa disputa de métodos a serem incorporados na alfabetização e até mesmo a disputa pelo tempo em que o aluno tem que estar alfabetizado?

ELIANE: O fracasso escolar ainda é um problema que temos que enfrentar. Resultados de avaliações externas e relatos de professores apontam que os alunos têm avançado na escolaridade sem ter o domínio da leitura e da escrita. É preciso pensar na proposta do PNAIC de se alfabetizar todas as crianças até os oito anos de idade na perspectiva do ciclo de alfabetização e dos direitos de aprendizagem. Esses direitos apontam para uma progressão ao longo do ciclo na perspectiva, no caso da alfabetização, de se garantir que os alunos se apropriem da escrita alfabética e consolidem as correspondências grafofônicas e ampliem suas experiências de letramento concluindo o terceiro ano lendo e produzindo textos de diferentes gêneros. Ao contrário dos métodos de alfabetização analíticos e sintéticos, não se considera que a alfabetização é o ensino da decodificação e codificação que deve ser realizado no 1º ano por meio de atividades com ênfase na memorização da relação fonema-grafema, para só em seguida os alunos lerem e produzirem textos. As críticas aos métodos tradicionais, entre eles os fônicos, se baseiam em alguns aspectos, tais como: o professor é visto como mero executor de um plano elaborado por “especialistas” e o sucesso do método estaria em o docente seguir a risca o que prescreve o método; os alunos são considerados como tábulas rasas, sem conhecimentos sobre a escrita e todos devem realizar as mesmas atividades, na perspectiva de se trabalhar com turmas homogêneas. Com isso, o direito de aprender e avançar em seus conhecimentos não é garantido; a escrita é considerada como um código que deve ser ensinado por meio da transmissão das relações som-grafia e da memorização dessas relações pelos alunos. As atividades são repetitivas, cansativas, enfadonhas e pouco reflexivas, não estimulando o aluno a pensar. Os textos propostos para leitura precisam ter um controle de palavras para que possuam aquelas com as sílabas ou fonemas trabalhados, e com isso os

ELIANA ALBUQUERQUE

ENTREVISTA: COMO VOCÊ VÊ O PNAIC HOJE?

textos são artificiais (considerados pseudotextos), empobrecendo as experiências de leitura dos alunos.

5) Como considera que isso repercute aos professores, que um tempo atrás recebiam seus manuais de professorado baseados em métodos fônicos e hoje tem que alfabetizar letrando?

ELIANE: Acho que a questão principal não é a de que os professores recebiam manuais baseados nos métodos tradicionais, até porque desde os anos 1980 que esses manuais passaram a ser altamente criticados, o que gerou um discurso do não uso do livro didático. A questão está mais relacionada com o que Magda Soares chamou de “desinvenção da alfabetização”, processo vivenciado a partir do final da década de 1980 e na década de 1990, como uma má interpretação do construtivismo e uma priorização da dimensão do letramento em relação às especificidades da alfabetização. Com as críticas aos métodos tradicionais de alfabetização, qualquer atividade envolvendo letras, fonemas e sílabas passou a ser criticada e a ênfase era nas propostas de leitura e produção de textos. Os livros de alfabetização aprovados nas primeiras edições do PNLD aprovavam com duas estrelas aqueles que priorizavam as atividades de leitura e produção de textos e “com ressalvas” os que mantinham atividades mas próximas dos métodos tradicionais. Aos poucos, para atender às demandas da avaliação, as coleções buscaram equilibrar a dimensão do letramento com a da apropriação da escrita alfabética, propondo atividades mais reflexivas envolvendo a exploração de segmentos sonoros das palavras, na perspectiva do “alfabetizar letrando”. O PNAIC surgiu, de certa forma, como continuidade às experiências do Pró-Letramento, no sentido de focar na construção de práticas de alfabetização com o uso dos materiais didáticos que fazem parte dos vários programas do MEC. O material apresenta vários relatos de professores de diferentes escolas públicas que vinham trabalhando nessa perspectiva e que eram “bem sucedidas” no sentido de conseguirem realizar um trabalho efetivo de alfabetização na perspectiva do letramento. Tanto no Pró-Letramento, como no PNAIC, a discussão com os professores sobre a construção de rotinas com o uso de diferentes materiais e realização de atividades diversificadas, foi e é muito produtiva. A discussão teórica sobre alfabetização e letramento, em ambos os programas, também é destacado pelos docentes. Discute-se a teoria na perspectiva da construção e reflexão sobre a prática.

6) O Programa sofreu modificações ao longo desses três anos, como corte de bolsas e diminuição da carga horária, porém, com o discurso que não houve perdas de qualidade do programa. Como você avalia esses cortes no Programa em andamento?

ELIANE: Os cortes quebraram a dinâmica da formação, como a discussão mensal, aos sábados, sobre a construção das práticas de alfabetização. É lamentável.

7) Qual o balanço que pode fazer a respeito dos três anos de implantação do Programa?

ELIANE: Apesar dos contratempos (atrasos no cronograma e distribuição do material, corte e atraso no pagamento de bolsas etc.), acredito que as discussões realizadas no PNAIC, na área de linguagem, sobre alfabetização e letramento, assim como as socializações de experiências foram fundamentais no processo que vivemos hoje de reinvenção da alfabetização. Seminários de socialização de experiências realizados em diferentes estados mostram como os professores estavam engajados nesse processo. As salas de aulas estão mais lúdicas, com a presença mais efetiva dos cantinhos de leitura e da leitura literária, com atividades mais reflexivas e interessantes de alfabetização. Os professores, muitos deles, começaram a entender a natureza do nosso sistema de escrita e como podem ajudar seus

alunos a avançarem em seus conhecimentos. Os livros didáticos são usados como um dos materiais de apoio à organização do trabalho pedagógico.

8) Como avalia a parceria das Universidades com o PNAIC?

ELIANE: Como disse anteriormente, esse é um dos pontos positivos do programa, uma vez que a articulação entre universidade e escola pública é fundamental. O PNAIC possibilitou que os professores das universidades se envolvessem de forma mais efetiva na construção das práticas de alfabetização considerando não apenas o seu objeto de pesquisa, mas o cotidiano da escola. Professores das redes públicas são polivalentes, trabalham com todas as áreas de conhecimento, e a formação do PNAIC tomou como um dos princípios a integração dessas áreas. Essa experiência é importante para a formação inicial e continuada dos professores, e para o desenvolvimento das pesquisas.

9) As avaliações previstas para as escolas que aderiram ao Pacto, são a Provinha Brasil e ANA, como você analisa o uso dessas provas?

ELIANE: Vou falar principalmente da ANA que foi realizada no primeiro ano do PNAIC. Acho que tivemos avanços na construção da avaliação, principalmente pela inserção da avaliação da escrita dos alunos. A ANA, como avaliação de rede, é uma das formas de avaliação, mas não a principal. Ela, como avaliação de rede, pode apresentar um perfil das turmas e das escolas, mas não pode e não deve ser tomada em si mesma. O material do PNAIC propõe a discussão sobre a importância da avaliação diagnóstica e processual realizada pelos professores durante o ano letivo. Usar os resultados da ANA, aplicada no primeiro ano do programa, como avaliação de seu sucesso é uma irresponsabilidade, uma vez que havia uma carência de discussão sobre o que fazer para alfabetizar os alunos na perspectiva do letramento, tomando como foco as especificidades da alfabetização.